

Família, Educação e Cultura

Raphael diz que proposta de Távola prejudica Previdência

Lula Marques - 1.Abr.87

Da Sucursal de Brasília

No depoimento que prestou ontem à comissão da Família, Educação, Ciência, Tecnologia e Comunicação, o ministro da Previdência e Assistência Social, Raphael de Almeida Magalhães, criticou o substitutivo do relator, deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), no capítulo reservado aos idosos. "É um incitamento a que não se contribua", disse, apontando um dos parágrafos do artigo 55, que garante proventos de pelo menos um salário mínimo a pessoas com mais de 65 anos, mesmo que nunca tenham contribuído para a Previdência.



com mais de 65 anos "é confusa, do ponto de vista administrativo, e pode inviabilizar a Previdência, do ponto de vista financeiro", porque não haveria recursos para operacionalizá-la. O ministro propôs que a questão seja tratada como de assistência social, e não de previdência. Motivo: os recursos seriam descontados do orçamento global da União, e não do seguro social.

Raphael também criticou o segundo parágrafo do artigo 55, que prevê reajustes para os proventos dos aposentados na mesma época e proporção dos reajustes concedidos aos que estão em atividade. De acordo com o ministro, "seria extremamente confuso ajustar os salários dos inativos de acordo com os valores de mercado".

Falando aos constituintes, Raphael disse que seu partido, o PMDB, "nunca chegou a entender a moratória decretada pelo governo". Segundo ele, de 1979 para cá não entrou dinheiro no país que não fosse para pagar os juros da dívida, e o reflexo disso é que o setor público não tem mais recursos para investir. "Quando o governo decretou a moratória, seu objetivo foi mudar o eixo das negociações, ditado pela ótica dos banqueiros. Na hora que quisermos retornar a uma rotina de pegar dinheiro apenas para pagar os juros, os banqueiros vão aplaudir e, imediatamente, vão voltar a conversar conosco", afirmou o ministro.



Artur da Távola defende que os idosos recebam ajuda da Previdência



O ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães

Tributos e sistema financeiro motivam novecentas emendas ao substitutivo

Da Reportagem Local

A Comissão de Sistema Tributário, Orçamento e Finanças do Congresso constituinte está analisando mais de novecentas emendas apresentadas ao relator, deputado José Serra (PMDB-SP), de centro-esquerda. A maior parte das emendas se referem à distribuição de tributos. Os deputados do Norte e Nordeste, de um lado, e os do Sul, de outro, entendem que suas regiões são prejudicadas com o relatório nessa questão. Há também muitas emendas referentes ao sistema financeiro onde o texto de Serra modificou bastante a proposta do relator da Subcomissão de Finanças, deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), de centro-esquerda.

Durante toda a tarde de ontem, deputados nordestinos estiveram reunidos em busca do fortalecimento de suas posições. Já os governadores do Sul e do Nordeste procuraram Serra, na tentativa de obter modificações no substitutivo. O relator, que tem prazo apenas até a noite de hoje para entregar sua nova versão do projeto e analisar todas as emendas, passou o dia fugindo de contatos para concluir seu parecer. Serra, embora acredite numa solução negociada para a questão tributária, não descarta a hipótese de que ela seja resolvida em plenário.

Serra, em seu parecer, propôs que 20% do Fundo de Participação dos

Estados (FPE) ficasse reservado para os dezoito Estados com renda per capita abaixo da média nacional. Ficariam, assim, fora desses 20%, os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul. Os outros 80% do FPE seriam rateados entre todos os Estados, inclusive os cinco grandes. Na opinião do deputado Osmundo Rebouças (PMDB-CE), os dezoito Estados mais pobres deveriam ficar com 80% do FPE enquanto os 20% restantes deveriam ser divididos entre todos os Estados, invertendo assim a proposta de Serra.

Depois da discussão da última segunda-feira, quando foram debatidos os pontos relativos ao sistema financeiro, existe uma boa probabilidade de que o substitutivo do relator seja, nesse capítulo, aprovado na forma como está. Os principais pontos eliminados do projeto da Subcomissão de Finanças (proibição de operação de bancos estrangeiros, relações entre Banco Central, Banco do Brasil e Tesouro) devem ser aceitos pela quase totalidade dos membros da comissão.

Com relação à questão orçamentária, não deve haver impasses na hora da votação, pois os principais pontos de mudança, que se concentram no controle do Legislativo sobre os orçamentos, não vêm sendo questionados pelos constituintes.

Sistematização

Comissão aprova regimento interno

As emendas de iniciativa popular a serem apresentadas à Comissão de Sistematização do Congresso constituinte poderão ser defendidas por um dos seus signatários, no plenário da Comissão, durante vinte minutos. É o que estabelece o regimento interno da Comissão de Sistematização, aprovado ontem. De acordo com o regimento, a verificação sobre a autenticidade das trinta mil assinaturas de eleitores exigidas para a apresentação das emendas populares será feita por amostragem, indicando um percentual considerado "confiável" de signatários.

A Comissão de Sistematização terá reuniões todas as terças, quartas e quintas-feiras, às 9h, no plenário do Senado. Suas sessões só poderão ter início com um mínimo de dezoito presentes. Os suplentes desta comissão participarão dos trabalhos, desde que haja falta de titulares, obedecida a ordem de assinaturas num livro que ficará sempre com a mesa diretora da Sistematização. E os titulares, quando retornarem, somen-

te poderão reassumir seus lugares quando estiver terminada a votação da matéria de cuja discussão não tenham participado.

Em todas as sessões da Comissão de Sistematização serão anotados os nomes dos constituintes presentes e dos ausentes, para que o fato conste da ata da comissão. Aos constituintes que não sejam membros da Sistematização é facultado assistir às reuniões e falar, mas não poderão levantar questões de ordem, apresentar requerimentos ou emendas e nem votar.

Durante a discussão de qualquer matéria poderão falar, por vinte minutos improrrogáveis, o autor da proposta e o relator; por dez minutos, qualquer um dos integrantes da comissão; por sete minutos, os suplentes não convocados; por três minutos, os constituintes que não sejam membros da Sistematização. Todos os discursos poderão ser aparteados, menos os dos constituintes que não sejam membros da comissão.

Ideologia gera troca de acusações

Da Sucursal de Brasília

O conflito ideológico entre "conservadores" e "progressistas" do PMDB chegou ontem ao plenário do Congresso constituinte. O deputado Domingos Leonelli (BA), de esquerda, acusou os defensores do mandato de cinco anos para presidente de trabalharem contra a reforma agrária e pela desnacionalização da economia. O deputado Cardoso Alves (PMDB-SP), de centro-direita, julgando-se atingido, rebateu dizendo que o "radical" Leonelli confunde com posições de direita tudo o que não for "stalinista, comunista, socialista e estatizante". A discussão entre os dois parlamentares começou em

plenário e acabou na sala de cafézinho da Câmara, com vozes alteradas, palavras, e acusações mútuas de "direitista" e "esquerdista".

A irritação de Cardoso Alves deveu-se, além da vinculação da questão do mandato a posições antinacionalistas, à referência de Leonelli de que o grupo peemedebista "Centro Democrático" do qual faz parte Cardoso Alves — é uma "cortina" onde se escondem as posições de direita dos constituintes. Em tom inflamado, o deputado paulista disse que "a alma brasileira é contra os extremismos de direita e de esquerda" e enfatizou que "as ditaduras de esquerda são mais sangüinárias que as de direita".

Para Afif, ação de Covas dificulta acordo

Ordem Econômica

Marcos Freire anuncia novo presidente do Inbra

Da Sucursal de Brasília

O ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Marcos Freire, anunciou ontem que o ex-superintendente do Desenvolvimento do Litoral Paulista (Sudelpa), no governo Franco Montoro, José Eduardo Vieira Raduan, 34, "homem competente e de sua confiança pessoal", tomará posse hoje, às 17h, no cargo de presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inbra), substituindo o engenheiro agrônomo Ruben Ilgenfritz. O ministro anunciou ainda que a chefia do seu gabinete será ocupada pelo advogado, ex-deputado estadual (PMDB-SP)

a necessidade de se dar, pelo menos, um determinado tempo para que a Justiça possa se pronunciar, em caso de recurso do proprietário da terra. Covas, porém, mostrava-se mais simpático ao texto preparado por Severo.

Embora esteja sendo considerado por "conservadores" como um rela-

torio muito à esquerda, do ponto de vista ideológico, o texto escrito por Severo Gomes, no que diz respeito à reforma agrária, também não agradou completamente aos parlamentares considerados "progressistas". Estes acham, por exemplo, que deve-se fixar na Constituição o limite máximo do tamanho de uma proprie-

dade rural. O relatório não fixa qualquer metragem. A fixação do limite da propriedade é apresentado pelo deputado Wladimir Palmeira (PT-RJ), de esquerda, como "um ponto negociável". Da mesma forma, classificou a posse automática da terra, a partir da desapropriação, como "intocável". Levantamentos feitos de parte a parte, em caráter informal, indicam que os "conservadores" são maioria na Comissão da Ordem Econômica: detêm 37 votos, contra 26 dos "progressistas". "Podemos até perder, mas não abriremos mão das propostas que atendem às reivindicações da massa da população", diz Palmeira.

A partir de amanhã, durante a votação, o conflito deve ser transferido também para as galerias da comissão: Roosevelt Roque, vice-presidente da União Democrática Ruralista (UDR), disse ontem que aproximadamente dois mil proprietários rurais deverão chegar a Brasília. O diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), André Montalvão, afirma que trará para o Congresso o mesmo número de trabalhadores rurais.

Organização do Estado

Cardoso quer ampliar número de vereadores

Plínio vai rerepresentar seção constitucional

Plínio vai rerepresentar seção constitucional

Da Sucursal de Brasília

A adaptação das leis vigentes no país às normas a serem estabelecidas na nova Constituição não pode ficar a cargo dos mesmos juizes que aplicavam o Direito durante o regime autoritário. Com base nesse argumento, o deputado Plínio de Arruda (PT-SP), de esquerda, relator da Subcomissão do Poder Judiciário, vai levar para votação, na Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, a partir de amanhã, as propostas aprovadas na subcomissão e que foram rejeitadas no substitutivo do relator da comissão, deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE).

A proposta de Plínio, vitoriosa na subcomissão após um delicado processo de negociação, estabelece que o Supremo Tribunal Federal passará a ter uma seção constitucional, encarregada de dirimir todos os conflitos entre as leis ordinárias e a Carta recém-promulgada. Doze juizes comporão essa seção: quatro indicados pelos atuais ministros do STF, quatro pelo Executivo e outros quatro eleitos pelo Legislativo. Não se trata de um tribunal constitucional — tese que Plínio defendeu no início dos

trabalhos do Congresso constituinte e depois retirou.

O relatório de Egídio não prevê a existência de uma seção constitucional. A única modificação no STF é a inclusão de cinco novos juizes, a serem indicados pelo Executivo e Legislativo.

"É uma mudança para não mudar", disse Plínio, ao anunciar que apresentou emendas restabelecendo as propostas da subcomissão. Segundo ele, a seção constitucional é indispensável para "adequar o Supremo à tarefa de ajustar a jurisprudência aos novos direitos e obrigações sociais que a Carta criará". Não se pode esperar, acrescenta o deputado, que "juizes habituados durante vinte anos a aplicar uma lei calçada numa Carta autoritária passem a aplicar uma legislação compatível com uma democracia".

"Acho que chegamos a uma fórmula mista e criativa", disse o procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, que assinalou a semelhança entre o texto de Egídio e as proposições da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais ("Comissão Afonso Arinos"), da qual participou. O relatório "torna a Justiça

mais aberta e participativa, sem o trauma da extinção do Supremo", afirmou ele.

Os juizes do Supremo não quiseram se manifestar, de acordo com a decisão que adotaram, em fevereiro, de manter silêncio sobre questões constitucionais até ser promulgada a Constituição. Apesar disso, o presidente do STF, ministro Rafael Mayer, telefonou para Egídio na segunda-feira à tarde, logo depois da divulgação do relatório, cumprimentando-o pelo texto. Os dois haviam almoçado juntos na véspera, ocasião em que o presidente do STF reforçou suas sugestões à Constituinte.

A seção constitucional não é o único ponto polêmico a envolver o Judiciário. Plínio vai contestar também a formulação de Egídio sobre o papel da Procuradoria-Geral da República. Acha que o relatório "mistura a defesa da União em juízo, trabalho típico de advogado, com uma outra atribuição da Procuradoria, que é a de promover ações penais contra o Estado, um trabalho de promotor". Outra emenda a ser apresentada pelo parlamentar petista é pela criação da Justiça Agrária.

Organização do Estado

Cardoso quer ampliar número de vereadores

O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) propôs à Comissão de Organização do Estado ampliar o limite de 33 vereadores para as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte (MG). Segundo o senador, esse número é muito pequeno para as necessidades destas "megalópolis". A emenda de Fernando Henrique, bem como as outras 535 apresentadas ao texto final do relator José Richa (PMDB-PR), serão discutidas e votadas a partir de amanhã, quando a Comissão reúne-se novamente para apreciar o substitutivo, com as emendas já incluídas.

José Richa terá que trabalhar com emendas que propõem a criação de mais doze unidades na Federação. O Estado do Tocantins está sendo defendido pelo relator da Subcomissão dos Estados e Territórios, Siqueira Campos (PDC-GO), que pedirá destaque para a emenda, na apreciação do plenário da Comissão, caso Richa não a inclua em seu substitutivo.